

PRESIDÊNCIA

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 PERÍODO DE REFERÊNCIA: **JANEIRO/2022 a DEZEMBRO/2022**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1.000

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) LIQUIDADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22	Set/22	Out/22	Nov/22	Dez/22	

	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22	Set/22	Out/22	Nov/22	Dez/22	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	136.506	140.032	137.225	177.558	178.005	151.270	146.474	150.621	154.760	154.617	245.588	235.529	2.008.185	-
Pessoal Ativo (Notas 1 e 2)	114.511	117.911	115.288	155.570	155.059	128.575	123.223	127.527	127.154	131.095	221.986	192.929	1.710.827	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	93.181	96.600	93.967	134.236	132.005	105.505	100.136	104.370	104.054	107.880	175.755	169.369	1.417.059	
Obrigações Patronais	21.330	21.311	21.321	21.334	23.054	23.070	23.087	23.157	23.099	23.214	46.231	23.560	293.769	
Pessoal Inativo e Pensionistas	21.995	22.121	21.937	21.987	22.947	22.695	23.251	23.094	27.606	23.523	23.602	42.600	297.358	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	13.073	13.369	13.244	13.336	14.247	14.106	14.471	14.348	14.569	14.643	14.660	29.363	183.430	
Pensões	8.922	8.752	8.693	8.651	8.700	8.589	8.780	8.746	13.037	8.880	8.943	13.236	113.928	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	23.584	23.762	22.457	22.473	23.123	22.808	23.487	23.629	27.895	25.517	25.493	44.689	308.916	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.589	1.641	520	485	177	113	236	535	289	1.994	1.891	2.090	11.559	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (Nota 3)	21.995	22.121	21.937	21.987	22.947	22.695	23.251	23.094	27.606	23.523	23.602	42.600	297.358	-

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	112.922	116.270	114.768	155.085	154.882	128.463	122.988	126.991	126.865	129.100	220.096	190.839	1.699.269	-
--	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	-----------	---

R\$1,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	36.722.105.248,87	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	13.279.582,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16º, da CF) (VI)	10.922.392,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	36.697.903.274,87	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	1.699.268.764,76	4,63
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)	2.201.874.196,49	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.091.780.486,67	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.981.686.776,84	5,40

FONTE: Sistema e-Fisco Financeiro - Unidade Responsável - Diretoria de Contabilidade - Recife, 25/01/2023.

Nota1. Deduzido da despesa bruta com Pessoal Ativo, o valor referente ao pessoal cedido a outros órgãos, no montante de R\$ 2.633.028,20 (jan/22 a dez/22), sendo R\$ 2.082.944,20 de Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis e R\$ 550.084,00 de Obrigações Patronais, conforme previsto no MDF da Secretaria do Tesouro Nacional. Para tanto, o critério adotado foi considerar o valor da despesa por competência, que compreende o valor a receber e recebido a título de ressarcimento.

Nota2. Em razão do Acórdão TC nº 355/18 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, os valores abaixo discriminados que possuem natureza indenizatória classificados no Grupo 1-Pessoal e Encargos Sociais, não foram considerados na apuração da Despesa Bruta com Pessoal de que trata o artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Licença-prêmio em pecúnia	R\$ 3.260.524,32
Férias indenizadas	R\$ 10.273.079,24
TOTAL DA EXCLUSÃO	R\$ 13.533.603,56

Tendo em vista ainda o disposto no Acórdão 1553/2021 do TCE/PE, que considerou a despesa com o terço constitucional de férias como verba remuneratória, a referida verba foi inserida na despesa anual do pessoal. Em relação a férias indenizadas, contempla pagamento referente a acerto de contas, entre outros, de servidores, bem como abono pecuniário de férias pago a magistrados.

Nota3 . O montante das contribuições previdenciárias ao RPPS no período de jan/22 a dez/22 foi superavitário em relação às despesas com Inativos e Pensionistas em R\$ 151.996.441,99. No entanto, para fins de evidenciação deste demonstrativo, foi informado no campo das despesas não computadas (Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados) o valor de R\$ 297.357.839,75 limitado este ao total da referida despesa. Item 6, Acórdão T.C.- PE nº 1352/13.

Nota4. A Publicação no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em virtude das limitações deste sistema, exigiu a redução da escala monetária no detalhamento mensal, comparado ao relatório publicado no sítio da STN/SICONFI (<https://siconfi.tesouro.gov.br>), e apresenta divergência no formato do formulário publicado no SICONFI.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

Presidente

Carleide Maria Bezerra

Diretora de Contabilidade

CRC-PE 019946/O

Liosvaldo Xavier Lopes de Souza

Diretor Financeiro

Maurilho Cavalcanti Alves

Chefe da Secretaria de Auditoria Interna

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL